

O reflexo das manifestações em todo o país

As manifestações que ocorreram no dia 26 de maio de 2019, a favor do governo Bolsonaro, deixaram claro que existe uma forte divisão entre os eleitores do governo. Muitos não compareceram ao ato, por já estarem insatisfeitos com as medidas políticas adotadas, principalmente, de retiradas de direitos e pela ingovernabilidade em que se encontra o país.

Na verdade, a manifestação pró-governo demonstra que os eleitores que estão indo às ruas, vestidos de verde e amarelo, defendem principalmente a reforma da previdência, eleitores que representam a classe média alta, a burguesia rica, os grandes empresários, os donos de bancos, uma parcela dos políticos que legisla em causa própria, e que não pensa no povo.

A última eleição para presidente mostrou que Bolsonaro venceu nos municípios mais prósperos, a maioria localizada no sul do país, enquanto Fernando Haddad teve melhores resultados em municípios com altos índices de analfabetismo e pobreza.

Por outro lado, os protestos contra o governo foram fortes, no momento em que são retiradas as verbas da educação. Manifestantes



Foto: CUT Minas

ocuparam mais de 200 cidades do país, fazendo um grande protesto contra os cortes. Para agravar ainda mais a situação, o presidente Jair Bolsonaro chamou os estudantes de “idiotas úteis” e “ímbeis”, faltando com total respeito.

As centrais sindicais e os sindicatos estão se mobilizando para a greve geral do dia 14 de junho, chamando toda a categoria e a população para este grande ato, que será o dia de enfrentamento a este governo que joga contra os pobres e os trabalhadores.

A luta é agora ou nunca, ou seremos vencidos por esta burguesia escravocrata; para isso, é preciso a participação de todos, caso contrário, perderemos nossos direitos conquistados.

Setoriais

Diretoria do Sindicato se reuniu com trabalhadores de Muriaé

Os diretores do Sintect/JFA, João Ricardo Guedes, Reginaldo Freitas e Alan Marques, estiveram na agência dos Correios em Muriaé, em 29 de maio, reunindo-se com os trabalhadores. Eles falaram sobre a importância das manifestações realizadas como preparação para a greve geral do dia 14 de junho. Outras agências da região também foram visitadas por nossos dirigentes sindicais, como em São João Del Rey, Santos Dumont, Leopoldina e Barbacena.



Jurídico

por Sandro Tavares, assessor jurídico do Sintect/JFA

Convocação de trabalho em dia de repouso - Cláusula 64

Nos últimos anos, a ECT vem procedendo desenfreadamente a convocação dos trabalhadores para o trabalho em dia de repouso e feriados, tolhendo deles o repouso com a família. Entretanto, a situação é contemplada pela cláusula 64º e seus parágrafos que disciplinam e regulamentam a questão. O trabalhador quando convocado para o labor em dia de repouso e feriados escolhe o pagamento do dia com 200% do valor do dia trabalhado, ou duas folgas.

O parágrafo segundo da cláusula 64 é claro ao dispor que é a critério do empregado escolher entre o pagamento e as folgas. Temos ainda que tomar o cuidado para uma interpretação da referida cláusula na qual o dia das folgas deva ocorrer logo após o dia trabalhado durante o repouso. Logo, contém a cláusula: “(...) devendo as folgas ocorrerem após o dia trabalhado”.

Após o dia trabalhado, deve o empregado, em caso de desejar as folgas, usufruí-las após o dia trabalhado quando convocado em dia de repouso. Todavia, nada obsta que seja e haja negociação com a chefia imediata que possui e tem poderes para o diálogo com o trabalhador e a escolha do dia para usufruir dessa vantagem.

Ocorre que, nos últimos anos, a ECT vem de forma ininterrupta convocando os trabalhadores para o labor nos dias de repouso, sob a justificativa da necessidade do serviço. Apesar de a justificativa ser subjetiva, não merece vingar, estando a mesma em desuso e incorreta, eis que a empresa não realiza concurso público há anos, tendo o último ocorrido em 2011; ademais, com os planos de demissão voluntária, vários trabalhadores experientes têm deixado a empresa, tomando-a, cada vez mais, com falta de pessoal adequado e treinado para o desempenho das funções e atividades. É clarividente que a empresa vem plantando, e está a colher, os frutos da má administração, quando esta nem sequer possui concorrentes. Assim, os funcionários, uma vez mais, vêm pagando o desprezo da empresa em investir nos seus funcionários.

A convocação em dia de repouso é o retrato que vem sendo pintado há anos pela empresa, não devendo, assim, o trabalhador assinar qualquer documento nesse sentido, pois a assinatura enseja a concordância com a convocação.

Solicito os trabalhadores, em caso de ameaças e coações, procurarem pelo Sindicato para que providências sejam tomadas e para que a segurança e saúde no trabalho devam ser sempre privilegiadas.



Notícias

Sindicais

Informativo do Sindicato dos Trabalhadores nos Correios de Juiz de Fora e região

MALA DIRETA
POSTAL
DOMICILIÁRIA
9912340568/2013-DR/IMG
SINTECT/JFA
CORREIOS

FECHAMENTO AUTORIZADO
PODE SER ABERTO PELA ECT

Filiado a

CUT
FENTECT

Nº124 - Maio de 2019 - sintectjfa.org.br

A privatização mais perto do que nunca

Mais um duro golpe nas vidas dos ecetistas está a caminho. A direção da empresa anunciou o fechamento de várias agências no Brasil. Em Juiz de Fora, serão mais duas: a agência filatélica e a agência da rua Espírito Santo. Ao todo, 13 funcionários, que receberão da direção da empresa o comunicado, terão que ir para outra cidade, se quiserem continuar trabalhando de atendente, migrarem para o cargo de carteiro ou saírem no PDV.

Mais uma vez, a direção da empresa mostra sua falta de respeito com esses trabalhadores. Causa-nos estranheza o fechamento dessas agências, assim como o fechamento da agência do Alameda, recentemente, pois são agências com grande faturamento. A da Espírito Santo, por exemplo, nem aluguel paga.

Quem ganhará com esses fechamentos? Com certeza os donos das agências franqueadas, pois terão o faturamento aumentado, já que elas estão localizadas perto das agências fechadas e captarão seus clientes. Assim, a direção da ECT abre mão de receita, e repassa para a iniciativa privada seus clientes e arrecadação. Uma mostra clara da ECT sendo privatizada, e até obrigando seus

funcionários a saírem da empresa.

Orientamos os trabalhadores afetados a procurarem o sindicato para traçarmos, juntos com o nosso jurídico, uma estratégia para barrar mais esse ataque ao direito do trabalhador. Desde a semana santa que nós, ecetistas, estamos preocupados e sem conseguir dormir direito, pois o presidente Bolsonaro disse que encomendou estudos para a privatização dos Correios. No dia 23/05, ele voltou a afirmar que irá privatizar a nossa empresa. Não é novidade para ninguém, pois, durante toda a sua

importância para a população, principalmente, para os mais pobres, e que não depende de nem R\$ 1,00 dos recursos da união.

Com tudo isso, devemos lutar para que não aconteça essa privatização, temos que mostrar à população a importância da empresa para o nosso país, devemos também fazer contatos com nossos deputados e senadores para que eles compreendam a nossa briga e sejam aliados nessa luta, mas, também, devemos atender os chamados do Sindicato e da Federação e ir para a luta quando precisar. A luta é de todos.



ECT propõe PDV, mas não planeja reposições

Mais um PDV foi aberto pelos Correios. Todo trabalhador pode aderir, com exceção dos carteiros, que não estejam aposentados. A direção da empresa quer diminuir a quantidade de trabalhadores, e com isso não faz a reposição daqueles que saem. Não temos um concurso público desde 2011 e teremos a reposição apenas

por meio de funcionários terceirizados, se tivermos. Isso é um claro sucateamento da nossa empresa, e deixa os trabalhadores que ficam em regime de exploração, pois terão que fazer o serviço de quem sai.

A diretoria do SINTECT/JFA parabeniza a todos os trabalhadores que estão saindo e

deseja uma aposentadoria abençoada. Agradecemos esses anos de convivência e a confiança depositada nessa diretoria, e estamos à disposição sempre que precisarem. Aos que ficam, chamamos para a luta. Não deixe que a privatização aconteça!

Siga o Sintect/JFA nas redes sociais



facebook.com/sintectjuizdefora



Sindicato dos Trabalhadores nos Correios Sintect/JFA



~ SINDICALIZE-SE ~

Fortalecendo a luta, avançamos nas conquistas!

Governo anuncia redução de importantes Normas Regulamentadoras

O Brasil é o quarto país onde mais ocorrem acidentes de trabalho, ficando atrás somente de China, Índia e Indonésia. O Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho do MPT revela que o país registrou 4,26 milhões de acidentes de trabalho entre 2012 e agosto de 2018. Ou seja, um acidente a cada 3h38min. As empresas terceirizadas são responsáveis por 70% desses acidentes. Entre 2012 e 2017, a Previdência Social gastou mais R\$2,6 bilhões com pagamentos de auxílio doença, aposentadoria por invalidez, auxílio-acidente e pensão por morte de trabalhador. Segundo o procurador do trabalho e co-coordenador do Laboratório Digital, Luis Fabiano de Assis, o país perde 4% de seu PIB com gastos decorrentes de “práticas pobres em segurança do trabalho”.

Diante de um quadro tão alarmante, no último dia 13/05, o presidente da república anunciou, através de suas redes sociais, que pretende reduzir em até 90% as NRs. Para entender o perigo que isso representa, é necessário sabermos o que são NRs e a sua importância. Criadas pela lei 6.514/77 essas normas estão previstas na CLT. São orientações a respeito de procedimentos obrigatórios para proteger a saúde e integridade física e psicológica do trabalhador.



Lei que o presidente chamou de “legislação Bizantina, anacrônica e hostil”. Talvez por desconhecimento do mundo do trabalho, ou por lobby junto a um setor conservador de empresários, o atual presidente não sabe que são as NRs que dão um certo equilíbrio e defende os mais fracos nas relações de trabalho. Temos que entender que as NRs regulamentam as relações de trabalho, não são medidas que visam encarecer a mão-de-obra, ou inviabilizar o empresário, mas tentar manter um equilíbrio na relação capital-trabalho. Além da NR 12, que será a primeira a ser revista, serão revistas NRs 1,2,3,9,15,17,24 e 28, todas ligadas a saúde e segurança no trabalho. Para um presidente que diz que a previdência está quebrada e é preciso

reformá-la para economizar, mexer com as NRs é no mínimo um contrassenso. Se toda empresa respeitasse e aplicasse as NRS, quantos milhões seriam poupados com Assistência Social. Diante de tudo que se descortina a nossa frente: terceirização irrestrita, reforma trabalhista, reforma da previdência e, agora, alteração das NORMAS REGULAMENTADORAS DO MT. Não nos resta a menor dúvida que estamos de volta a algo muito além da escravidão.

Postalis - problemas continuam

Como publicamos na edição passada, os problemas continuam quando o trabalhador tenta entrar em contato com o Postalis. O 0800 leva em média 40 minutos para atender. O aposentado não tem mais acesso ao seu contracheque, que é um documento, portanto, sendo direito seu recebê-lo em mãos, sem a obrigatoriedade de possuir internet, endereço de email ou senha para acessar o Postalis Online.

O Postalis tem a obrigação disponibilizar canais mais acessíveis. E o aposentado, que assim optar, tem o direito de receber seu contra cheque no conforto de seu lar, via postal. É uma vergonha escandalosa o que fizeram e estão fazendo com o nosso fundo de pensão.

Nas redes



Twitter: André Dahmer

Saúde e você!

Medida provisória sobre perícias médicas prejudica trabalhadores

por Geraldo França, diretor de Saúde do Sintect/JFA

Em 7 de julho de 2019, o ex-presidente Temer assinou a Medida Provisória 739/2016, propondo uma rescisão drástica dos benefícios pagos pelo INSS ao instituir o bônus especial de desempenho institucional por perícia médica em benefício por incapacidade. Com o resultado, o INSS convocou, até 31/12/2018, mais de 1,18 milhão de beneficiários de auxílio doença e aposentadoria por invalidez a passarem por perícias médicas, como medida de se passar um pente fino nos benefícios então concedidos aos segurados pelo instituto.

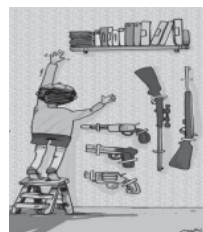
Quem não comparecesse, por qualquer motivo, tinha o benefício cancelado automaticamente. A estimativa era captar mais de 20% dos benefícios, pouco mais de 530 mil segurados. A previsão era encerrar cerca de 106 mil benefícios de auxílio doença. Entretanto, dos 472,3 mil auxílios doenças reavaliados pelos médicos do INSS, 369,6 mil (78%) foram cancelados, ou seja, três vezes mais que o previsto. Considerando os que não compareceram, o aumento atinge 452,3 mil (95%) de beneficiários, 8.779 de auxílio doença e 27.998 de aposentadoria por invalidez. No total, foram realizadas 1,185 milhão de perícias, entre julho de 2016 e dezembro de 2018, feitas por 3.684 peritos, que ganham R\$60 por perícia realizada.

A lei é 13.457 além da meta, 15 perícias por dia. Uma verdadeira linha de montagem pericial.

Com a política continuada de desmonte nos benefícios previdenciários, o governo Bolsonaro adotou, em 18 de janeiro, a MP 871/2019, com o programa especial para análise de benefícios com índices de irregularidade. A medida alterou o cargo de perito médico previdenciário, antes integrante da carreira médica previdenciária, sendo agora perito médico federal. O serviço social e a reabilitação foram para o setor de benefícios, o que significa na prática o desmonte de qualquer atividade multiprofissional e interdisciplinar nessa linha na instituição. É uma tragédia anunciada. Quanto ao programa de revisão, caberá ao secretário especial da Previdência e Trabalho do Ministério da Economia monitorar e controlar a realização de perícias médicas, quantitativo máximo delas e forma de realização de mutirões. Tudo com o ministro da economia. A MP 871/2019 é nociva aos trabalhadores. Analisem como está o INSS, todos os reabilitados retornando. Nos Correios, agências fechando, PDV, cargo de OTT extinto, nos CDD o DDA, CDD sem fronteira, privatização. No governo, reforma da previdência. Enfim, uma mudança brutal para a classe trabalhadora e população brasileira. A hora é de lutar pelos empregos e benefícios.

Senadores tentam sustar novo decreto de armas do presidente

A segunda versão do decreto sobre armas de fogo editado pelo presidente não convenceu alguns senadores, que insistem na inconstitucionalidade da norma. Parlamentares do PT, da Rede e do Cidadania apresentaram projetos de decreto legislativo para derrubar as novas regras. Duas proposições estão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde aguardam a designação de relatores. Uma das propostas, o PDL 286/2019, argumenta novamente que o Estatuto do Desarmamento só pode ser alterado por meio de lei e acrescentam que as alterações feitas pelo Executivo na segunda versão da norma não repararam os vícios existentes. Na mesma linha, o PDL 287/2019 foi apresentado por sete senadores do PT. Segundo eles, a tentativa do presidente de minimizar impactos negativos do primeiro decreto “não afastam a responsabilidade do Legislativo em proteger suas prerrogativas e extirpar do ordenamento jurídico esta verdadeira desregulamentação do Estatuto do Desarmamento”.



Os oposicionistas também alegam que não houve qualquer estudo de impacto da medida para o sistema de saúde pública e apontam em um reflexo negativo para o setor.

Os senadores Fabiano Contarato e Randolfe Rodrigues encomendaram um estudo da Consultoria Legislativa do Senado sobre o assunto. A nota informativa, produzida com urgência pelos técnicos e entregue aos dois gabinetes, elenca artigos considerados material e formalmente inconstitucionais.

CCJ

O segundo decreto sobre armas editado pela Presidência da República foi publicado no Diário Oficial da União. Entre as alterações em relação à primeira versão, estão a restrição à compra de fuzis e a devolução à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) da responsabilidade de definir regras para o transporte de armas em voos. Na última reunião da Comissão de Constituição e Justiça, já havia quatro propostas para derrubar o primeiro decreto. No entanto, com a publicação da segunda norma, eles foram retirados de pauta.

Fonte: Agência Senado



Decreto dismantela programa de combate a AIDS

Entidades como Articulação Nacional de Luta contra a Aids (Anaid), Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA), Fórum de ONGs AIDS/SP (FOAESP), Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS/RS (GAPA/RS) e Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV e AIDS (RNP+Brasil) divulgaram um manifesto contra as mudanças na política de combate à Aids.

Confira uma parte do texto:

O movimento nacional de luta contra a Aids, formado por redes, coletivos, organizações e ativistas, repudia o Decreto Nº 9.795, de 17 de maio de 2019, que modifica a estrutura do Ministério da Saúde. Por meio desse decreto, o Departamento de IST, Aids e Hepatites Virais passa a se chamar “Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis”.

Não se trata apenas de uma questão de nomenclatura: é o fim do Programa Brasileiro de Aids. O governo, na prática, extingue de maneira inaceitável e irresponsável um dos programas de Aids mais importantes do mundo, que foi, durante décadas, referência internacional na luta contra a Aids. Mais do que um programa, esse decreto acaba com uma experiência democrática de governança de uma

epidemia baseada na participação social e na intersetorialidade. Prova disso é que há pouco mais de um mês, nas reuniões da Comissão Nacional de IST, HIV/Aids e Hepatites Virais (CNAIDS) e da Comissão Nacional de Articulação com Movimentos Sociais (CAMS) absolutamente nada se falou sobre o decreto e nenhum esclarecimento foi prestado sobre suas potenciais consequências. O programa brasileiro de resposta à Aids foi, durante décadas, referência internacional na luta contra a Aids. A relação única de combate e colaboração com uma pujante sociedade civil, a decisão corajosa de oferecer tratamento antirretroviral universal e gratuito, a ousadia nas campanhas de prevenção, fizeram a resposta brasileira ao HIV destaque em inúmeros fóruns internacionais e inspiraram outros países em desenvolvimento. Fonte: Revista Forum



Você sabia?

O passo a passo de um golpe que foi orquestrado

por Reginaldo de Freitas, diretor de Relações Sindicais do Sintect/JFA

Trabalhadores (as) ecetistas, não há como continuarmos fingindo que não estamos sob um golpe orquestrado pelos três poderes, sob a batuta do imperialismo capitalista internacional. Basta observarmos como agem em sintonia os opressores: o executivo, o legislativo e o judiciário. Bem como o posicionamento da mídia golpista dando a nota para a harmonia. A direita já não mais concordava com os avanços do proletariado. O surgimento de uma nova classe média, entre outros, soou como uma ameaça à soberania financeira do capitalismo (classe opressora).

A presidenta afastada, através de um golpe, assustou os banqueiros e toda a direita capitalista quando em 2012 disse ser favorável à diminuição do ‘spread’ bancário e redução dos juros pelos bancos privados, a exemplo da Caixa Econômica e do Banco do Brasil. Disse ainda: “A economia brasileira só será plenamente competitiva quando nossas taxas de juros, seja para o produtor, seja para o consumidor, se igualarem às taxas praticadas no mercado internacional.” (Fonte: <http://g1.globo.com/.../dilema-critica-altas-taxas-de-juros-e-...>).

Aqui começou todo o trabalho para afastar do governo a esquerda, que seria um estorvo para a pauta neoliberal do imperialismo capitalista. A reforma trabalhista, a reforma da previdência, cortes

na saúde, cortes na educação, privatizações, entre outros, são uma pauta da direita opressora e selvagem. Somente trabalhadores (as) e a população de baixa renda são prejudicados.

Em 2016, por um golpe, afastaram a presidenta eleita. A pauta da direita se materializou, a PEC da morte foi aprovada, com cortes na saúde e na educação. A CLT foi rasgada, com a aprovação da reforma trabalhista. O golpe toma curso e, em 2018, tiram da disputa o principal candidato que venceria as eleições em 1º turno, com larga margem de votos. Lula é preso e impedido de disputar as eleições. Novos cortes na educação, venda de nossas riquezas naturais, fim das políticas públicas sociais, fim da aposentadoria, através da aprovação da reforma da previdência.

Todo esse ataque à classe trabalhadora e ao povo brasileiro tem apoio dos militares, do judiciário, do legislativo, para que o executivo cumpra com o acordo com o imperialismo capitalista internacional. Por isso, afirmamos de maneira incontestada que a nossa vitória passa por LULA LIVRE. TEMOS QUE PREPARARMOS NOSSA GRANDE GREVE PARA O DIA 14 DE JUNHO SE QUISERMOS UM CORREIO PÚBLICO E DE QUALIDADE E O DIREITO DE NOS APOSENTARMOS.

Faça sua carteirinha e aproveite a Sede Campestre!

Notícias Sindicais

Publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Empresa de Comunicação Postal, Telegráfica e Similares de Juiz de Fora e Região

Rua Marechal Deodoro, 447/301 – Centro – Juiz de Fora/MG – 36013-001

E-mail: contato@sintectjfa.org.br

Tel: (32)3215-5318

Presidente: João Ricardo Guedes (Índio)

Jornalista Responsável: Munike Duarte

MTE: 08.612 - imprensa@sintectjfa.org.br

Impressão: Gráfica União - Telefone: (32)3215-

3941 - Tiragem: 1000